

“QUANDO A CRISE FAZ O EMPREENDEDOR”: DESEMPREGO E EMPREENDEDORISMO NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

“WHEN THE CRISIS MAKES THE ENTREPRENEUR”: UNEMPLOYMENT AND ENTREPRENEURSHIP IN O ESTADO DE S.PAULO NEWSPAPER

Júlia Salgado*

Bruna Bakker**

RESUMO:

Neste artigo analisamos a série de reportagens “Quando a crise faz o empreendedor”, do jornal *O Estado de S. Paulo* (2015), que relata a trajetória de brasileiros que ficaram desempregados durante a chamada crise econômica no país e que decidiram se “aventurar no universo empreendedor”. As reportagens reforçam o empreendedorismo como solução tanto para enfrentar as adversidades financeiras, quanto para realizar o sonho de ter o próprio negócio ou de encontrar um propósito na vida. Através da análise discursiva deste material, investigamos de que modos a cultura empreendedora enseja modelos de conduta e de subjetividade afeitas ao cenário neoliberal, espelhando e contribuindo para uma mudança estrutural no que tange os conceitos de “emprego” e “desemprego”.

PALAVRAS-CHAVE: Desemprego, empreendedorismo, discurso.

ABSTRACT:

In this paper we analyze the special news series “When the crisis makes the entrepreneur” (*O Estado de S. Paulo*, 2015), that reports the stories of unemployed people during the economic crisis in Brazil that decided, for different reasons, to “explore the entrepreneur’s universe”. These stories reinforce entrepreneurship as a solution both to face financial adversities and to accomplish the dream of having their own business or to find a purpose in their lives. Through a discursive analysis of this material, we investigate in which ways the culture of entrepreneurship nourishes models of conduct

* Pós-doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora integrante do NEMES (Núcleo de Estudos em Mídia, Emoções e Sociabilidade). Bolsista FAPERJ. juliasalgado@gmail.com

** Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora integrante do NEMES (Núcleo de Estudos em Mídia, Emoções e Sociabilidade). Bolsista CNPq. bruna.bakker@gmail.com.

and subjectivities cherished by the neoliberal scenario, reflecting and contributing to structural change regarding the concepts of “employment” and “unemployment”.

KEYWORDS: Unemployment, entrepreneurship, discourse.

INTRODUÇÃO

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por grande consternação na mídia nacional acerca dos efeitos da “crise brasileira”. Mediante o cenário de turbulência política e econômica no país, as altas consecutivas nos índices de desemprego publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram sistematicamente noticiadas na grande mídia¹. Reportagens com títulos impactantes como “Medo do desemprego atinge maior nível desde 1999” (RODRIGUES L., 2015a) e “O massacre do trabalho: aumento do número de desempregados é violento e rápido como não se via desde 2003” (FREIRE, 2015) atribuíram caráter singular não apenas à chamada *crise* no país, mas também às suas consequências no mercado de trabalho.

Segundo a colunista Flávia Oliveira, do jornal *O Globo*, o “extermínio galopante de postos de trabalho neste 2015 de crise” não representaria apenas um impacto passageiro na economia, mas estaria transformando o próprio “modelo brasileiro de inserção profissional”. Para ela, “o emprego como nós conhecemos, aquele com ou sem carteira assinada, crescentemente dá lugar à ocupação empreendedora. [...] No novo tempo, por falta de opção ou por escolha, o que se busca é cliente, não patrão” (OLIVEIRA, 2015).

A perspectiva de Oliveira ecoa, de maneira enfática, em reportagens que ilustram a passagem do desemprego ao empreendedorismo através de exemplos reais, como em “Empreendedores ignoram crise e desemprego faturando em áreas em alta” (SAVEDRA, 2016); ou ainda no formato pedagógico oferecido pela *Revista Exame*, que em “Desemprego: como transformar o momento ruim em oportunidade” (DINO, 2016) ensina “como virar o jogo”. Já o caderno *Boa Chance*, *O Globo*, assevera em sua reportagem de capa: “Empreender é sonho de muitos brasileiros” (EMPREENDER..., 2015). A partir de dados divulgados pelo Instituto Data Popular, o jornal constata um crescente interesse por parte dos brasileiros em abrir o próprio negócio, motivados especialmente pelo aumento da taxa de desemprego e pela instabilidade econômica no país. Sem perspectivas de reingressar no mercado de trabalho ou de garantir um bom emprego, essas pessoas passaram a vislumbrar no empreendedorismo uma *oportunidade* para sobreviver à “crise”. Assim, as capacidades de resiliência, empenho e adaptação às adversidades do mercado seriam

características fundamentais para aqueles que desejam triunfar em tempos difíceis, conforme aconselhou a consultora de inteligência estratégica, Ana Vecchi, em entrevista: “Ganha o mercado quem não reclama de tudo e, sim, faz um bom dever de casa como empresário” (Ibid., 2015).

Em 1º de dezembro de 2015, o movimento que alia *crise, desemprego e empreendedorismo* é apresentado pelo *Jornal da Globo*, exibido pela Rede Globo, com uma nova variante: o *freelancer*, profissional que trabalha por “*jobs*”, sem vínculo empregatício. Segundo a reportagem, o aumento no número de *freelancers* não seria apenas consequência da crise econômica, mas também do perfil de muitos jovens profissionais: “A nova geração, essa faixa dos 20 aos 30 anos, ela demanda também mais flexibilidade [...] [um] profissional mais novo que já não quer aquela dependência da carteira assinada” (JORNAL..., 2015) Após a reportagem, que apresentou diversos casos bem-sucedidos de *freelancers*, o diálogo entre o apresentador William Wack e a comentarista de finanças pessoais Mara Luquet é bastante elucidativo a respeito da mudança de paradigma que vemos se desenhar:

Wack: Mara, vendo essa reportagem a gente percebe o quanto a nossa legislação trabalhista está atrasada. Então a minha pergunta no fundo é a seguinte: nós estamos diante de um expediente, ou seja, as pessoas por falta de outra alternativa acabam renunciando à CLT e vão trabalhar como *der*, ou nós estamos diante realmente de uma tendência moderna em que a CLT vai ter que se adaptar ao mundo?

Luquet: Acho que é tudo junto e misturado, principalmente nessa área tecnológica, William. A tecnologia hoje trabalha com outro tipo de prestador de serviço que a nossa legislação está completamente ultrapassada [...] não atende a esse novo tipo de profissional, principalmente esse jovem, e isso é muito ruim (Ibid., 2015).

Em seguida, a consultora deu dicas de organização financeira para o *freelancer* se manter e prosperar no mercado. A primeira delas, sintomaticamente, é “pensar como uma empresa, pensar como um empresário”. Nas entrelinhas dos discursos, é possível perceber como o cenário de crise atual não se apresenta apenas como sendo conjuntural (isto é, como consequência de um mau desempenho da economia), mas acima de tudo estrutural: mais do que uma crise da economia, o que se configuraria agora é uma crise do mercado de trabalho, mais especificamente do modelo de trabalho assalariado, hegemonizado com o capitalismo industrial. Nesse âmbito, a equivalência de significados entre os termos “trabalho” e “emprego” cairia por terra, sendo a partir de então mais coerente pensar no trabalhador como aquele capaz de criar seu próprio trabalho,

o “trabalhador empreendedor” (Ibid., 2015). O *homo oeconomicus* profetizado por Foucault no final da década de 1970 - “o empreendedor de si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 311) - ganha visibilidade e notoriedade na mídia brasileira, tornando-se panaceia à crise do emprego.

Partindo deste cenário de crise econômica no Brasil e do apontamento de uma dispersão discursiva na mídia que liga o desemprego à crise e coloca o empreendedorismo como solução, propomos analisar a série especial “Quando a crise faz o empreendedor”, produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre agosto e setembro de 2015² (OSCAR, 2015). Dividida em três capítulos, a série apresenta histórias de pessoas que decidiram empreender, a despeito da crise. Enquanto em alguns casos o empreendedorismo se configura como sendo de “oportunidade”, ou seja, formado por indivíduos que “têm dinheiro e sangue frio para olhar ao redor e identificar boas oportunidades”, a grande maioria é de empreendedores por “necessidade”, “grupo dos que perderam o emprego, não conseguiram voltar para o mercado de trabalho e se viram forçados a montar um negócio” (Ibid., 2015).

A escolha pela análise de discurso a partir da abordagem teórico-metodológica de Michel Foucault (1979), que emprega o olhar crítico como ferramenta de desnaturalização das coisas e do pensamento, se deve à convicção de que os discursos em geral - e aqueles midiáticos em especial - não são neutros, mas sim capazes de construir sentidos, edificar representações e operar naturalizações. Como poderosos fios de uma trama mais ampla, os discursos jornalísticos têm a capacidade de incutir e manter, em específicas circunstâncias, relações de poder e dominação, influenciando no rumo das práticas sociais e das subjetividades individuais. Os discursos, portanto, não apenas são influenciados pelos acontecimentos e relações em sociedade, mas também acabam por influenciá-los, numa relação mútua e constante.

Ao longo da narrativa delineada por *O Estado de S. Paulo*, é possível perceber como as vicissitudes apresentadas pela crise econômica são contornadas com construções subjetivas atinentes ao atual modelo liberal de gestão de si. Nosso esforço investigativo se concentra justamente no entendimento dos modos através dos quais o imaginário empreendedor enseja modelos de conduta e de subjetividade afeitas ao cenário neoliberal, espelhando e contribuindo para uma mudança estrutural no que tange os conceitos de “emprego” e “desemprego”. Dito isto, antes de se iniciar a análise

propriamente dita do objeto proposto, se faz necessário explorar historicamente o conceito de “desemprego”.

DA EMERGÊNCIA À CRISE DO DESEMPREGO

Em “Da invenção do desemprego à sua desconstrução” (1998), o economista e sociólogo Jérôme Gauthié defende que o desemprego foi um constructo histórico, germinado no final do século XIX e consolidado nos anos 1930. É neste período que o desemprego se torna cerne da “questão social” nos países ocidentais industrializados, e objeto de intervenção pública através de políticas de pleno emprego e de assistencialismo social. A compreensão da gênese do desemprego demanda, antes, um entendimento preliminar daquilo que o autor refere como “questão social”:

a questão social não se reduz à existência da pobreza: ela surge quando os problemas sociais são representados como tais, ou seja, quando são concebidos como remetendo à sociedade em seu conjunto, porque são causados pelo sistema social e/ou porque colocam em perigo esse sistema. As formulações da questão social aludem, portanto, de maneira indissociável, a representações e modalidades de ação da sociedade sobre si mesma. (GAUTHIÉ, 1998, p. 69).

Gauthié mostra que nas sociedades ocidentais pré-industriais (de até o século XVII) o problema social residia na pobreza, tendo como figural central “o vagabundo”, o “desfilhado da tradição” que fugia à lógica de pertencimento e de serventia locais. A vagabundagem - residual até a Peste Negra, no início do século XIV - ganha proporções nunca antes vistas com a desordem social instaurada por esta epidemia. Do crescimento numérico, resulta a classificação dos pobres entre *bons* e *maus*: aos primeiros (inválidos, crianças e velhos) é destinada a caridade cristã, com a esmola desempenhando o papel de “serviço social local” (CASTEL apud GAUTHIÉ, 1998, p. 70). Aos últimos (potencialmente válidos, porém ativamente vagabundos) cabe a repressão através das *poor laws* e *workhouses*, como já nos atentava Foucault (2008). A distinção no tratamento entre os *bons* e *maus* pobres pode ser diretamente associada à, então em voga, ressignificação da noção de trabalho: de castigo divino e signo de falta de fortuna, o trabalho passa a ser visto como atividade honrada e indispensável para o alcance da riqueza, seja ela terrestre ou divina. Na lógica produtivista então em processo de instauração, o trabalho servirá como grande referencial para o indivíduo e sua identidade perante a sociedade.

Com a industrialização, a pobreza e a vagabundagem dos feudos locais dão lugar ao pauperismo massivo dos centros urbanos. Ao lado do miserável sem trabalho surge a figura

do trabalhador miserável, que em condições sub-humanas trabalha horas a fio para ganhar menos que o necessário a uma vida decente. O pauperismo gerado pelo capitalismo industrial será, segundo Gautié, o novo problema capaz de abalar a estabilidade e a coesão social e, conseqüentemente, a própria ordem econômica. Mas em um contexto crescentemente influenciado pelo pensamento liberal, o direito ao trabalho não é afirmado como objeto de ação e intervenção direta do Estado; o livre acesso ao mercado de trabalho deveria ser, por si só, condição suficiente para solucionar o problema da falta de emprego. Quanto às condições de trabalho e de remuneração dos operários, o fim do século XIX marca o início da estabilização na relação trabalhador-empresa:

À concepção do *direito civil*, que faz do contrato de trabalho um simples contrato de troca entre dois indivíduos [...], sucederá a do *direito do trabalho*, que inscreve a relação de trabalho no tempo, e faz dele um vínculo de subordinação entre um indivíduo e uma entidade coletiva, a empresa. (GAUTIÉ, 1998, p. 74, grifos do autor).

Cria-se, portanto, com o vínculo de subordinação entre indivíduo e empresa, o emprego; e com ele seu negativo, o desemprego. Agora, aqueles em estado de inatividade ganham uma categoria mais ampla a qual se afiliar: não mais apenas vagabundos ou pobres miseráveis, mas acima de tudo desempregados. Com isso, as opções de intervenção do Estado sobre esses sujeitos se ampliam, acrescentando à repressão (aos vagabundos) e ao assistencialismo puro (aos miseráveis) a formação de corpos aptos ao trabalho.

De fato, a busca pelo ajustamento das engrenagens do mercado de trabalho leva à criação de agências de empregos, onde poderiam ser diferidos os *bons* dos *maus* desempregados. Neste momento, predominava o entendimento de que os primeiros se encontravam nesta condição em função de um ocasional desempenho ruim da atividade econômica, devendo ser ajudados em sua recolocação no mercado. Já os segundos não seriam "material empregável", sendo, portanto, objetos de assistência (não apenas aquela financeira para a subsistência, mas também e principalmente a assistência na formação e capacitação da mão de obra - sempre na esperança de que o indivíduo deixe de ser um mero custo e se torne rentável). Encarado como problema número um da "questão social", o desemprego será, de um lado, avidamente combatido pelas políticas de pleno emprego; e de outro, amplamente atenuado em suas penúrias pelas intervenções do *Welfare State*.

Ao aproximar-se dos dias atuais, a análise de Gautié tenta demonstrar como o constructo desemprego, tal qual formulado no início do século passado (ou seja, como uma

consequência sofrida pelo indivíduo diante de uma dada situação socioeconômica de sua sociedade), é desconstruído. Em outras palavras, o autor procura demonstrar como, agora, o desemprego passa a ser percebido como uma responsabilidade individual, e não mais social ou macroeconômica. Trata-se do

retorno da *localização* e da *individualização* da intervenção pública. Esta desemboca em uma concepção em que são, antes de tudo, as características dos indivíduos que explicam sua dificuldade de inserção, e não uma disfunção do sistema econômico e social. (Ibid., 1998, p. 80, do autor).

No âmbito deste processo, a “empregabilidade” passa a ser conceito importante e muito usado nos anos 1990, quando o acesso ao mercado de trabalho é dificultado pela globalização e a consequente eliminação de muitos postos de trabalho. Logo, no lugar daquele que depende do salário, deve estar o administrador de sua força de trabalho, “que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde etc.” (GORZ, 2005, p. 10). Neste sentido, conclui Gautié, ao redirecionar questionamentos e análises de problemas sociais a níveis individuais de resolução, “é a própria noção de ‘questão social’, no sentido em que definimos aqui, que perde grande parte de sua pertinência” (GAUTIÉ, 1998, p. 81).

Hoje em dia, com a forte presença do modelo neoliberal de governo, observa-se a valorização do indivíduo autônomo que, desassistido pelo Estado, é capaz de gerir a si mesmo e está apto a sobreviver às oscilações do mercado. Sem as garantias do modelo tradicional de “emprego” (amparado por leis trabalhistas e pela previdência social) cada trabalhador passa a ser seu próprio vendedor e/ou empregador, tornando-se ele mesmo um potencial empreendimento.

Ainda nos anos 1970, como nos lembra o sociólogo Alain Ehrenberg (2010), o ministro francês Raymond Barre já prenunciava que o aumento de desemprego na França eventualmente não deixaria outra opção às pessoas a não ser abrirem suas próprias empresas. Se, há algumas décadas, a declaração de Barre foi motivo de escárnio, atualmente está longe de ser risível e muito menos incorreta. Não somente há uma correspondência estatística para a argumentação do ministro, como também a difusão por todo corpo social de certa mentalidade e racionalidade empresarial: “a forma empresa se torna, simultaneamente, um modelo de governo para a sociedade e um modelo de governo para os indivíduos” (EHRENBERG, 2010, p. 114).

Mediante este cenário de intensa mutação no mundo do trabalho e a crescente influência do *ethos* empreendedor, a série especial de *O Estado de S. Paulo* propõe apresentar a seus leitores algumas histórias inspiradoras de superação “de quem decidiu empreender num momento em que as incertezas da economia não permitem enxergar muito mais que um palmo à frente do nariz”, como veremos a seguir.

“DESEMPREGADO, NÃO. EMPRESÁRIO”

Com o sugestivo título acima, a série “Quando a crise faz o empreendedor” inaugura seu primeiro capítulo enfocando as trajetórias profissionais de pessoas que foram surpreendidas pelo desemprego após anos de serviços prestados em uma mesma empresa e que, por diferentes fatores, decidiram investir o dinheiro da rescisão em negócios próprios. Inexperientes no “universo empreendedor”, as personagens apresentadas ao longo do capítulo representam, de certo modo, a situação daqueles que cresceram sob a expectativa do pleno emprego e se viram obrigados a se adaptar às novas circunstâncias do cenário laboral, como é o caso de Edilson, ex-funcionário da multinacional Ford:

O que Edilson Gomes mais queria na vida era ser um fordiano como seu pai - um metalúrgico que sustentou os quatro filhos trabalhando até a aposentadoria em uma das maiores montadoras do país. Parte desse sonho ele conseguiu realizar mas, há exatamente um ano, descobriu que não teria o mesmo destino (OSCAR, 2015).

Ao contrário de seu pai, Edilson viu o sonho de uma carreira linear e estável numa mesma empresa ir por água abaixo. Junto com outros 7,6 mil funcionários da indústria automobilística, perdeu o emprego que exerceu durante vinte anos na montadora devido à crise que fez as vendas de automóveis despencarem mais de 20% no primeiro semestre de 2015. Sem a “segurança que o sobrenome ‘Ford’ lhe garantia”, conforme destacou o jornal, Edilson se viu forçado a pensar num “plano B”: “meu sentimento era de um passarinho na gaiola que ia *ter de voar*”, desabafou o ex-metalúrgico (Ibid., 2015).

A saída encontrada foi abrir uma franquia, modalidade de empreendimento que supostamente alia as oportunidades de um novo negócio com a segurança de um modelo já testado. De acordo com a matéria, uma alternativa inteligente para aqueles que, sem experiência empresarial e sem salário fixo, não têm “tempo para dar errado”. Edilson representaria, assim, “estatísticas de dois setores da economia que vivem momentos praticamente opostos”: a alta no desemprego, que atingia 1,8 milhões de brasileiros

em julho de 2015, segundo o IBGE; e o aumento no número de novas empresas, que chegou a quase 1 milhão no mesmo período (Ibid., 2015).

Atualmente dono de um salão de beleza especializado em design de sobrancelhas que administra junto com a esposa e a filha, Edilson se mostra feliz com a guinada na carreira e assume uma postura positiva em relação à temida crise econômica: "O Universo não teria evoluído se não fossem as crises. É nisso que estou pensando agora", atesta o novo empresário. Pensamento semelhante é o de Ivirlhei Pereira, mais uma personagem do especial. Filha de lavradores do interior de São Paulo, a contadora que trabalhou com carteira assinada desde os 16 anos foi afetada por outro tipo de crise, de natureza política: era gerente administrativa da OAS, empreiteira investigada pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, e cujo quadro de funcionários foi reduzido em mais de 60% desde o início das investigações. Para ela, o cenário de crise do país configura uma "evolução necessária", e "se trabalhar direito passará sem sofrimento por esse período". Apesar do cenário adverso,

Ivirlhei começou a correr atrás do que seria sua fonte de renda dali em diante. Aos 52 anos, depois de quase duas décadas na empreiteira, ela tinha uma certeza: não admitia a ideia de responder novamente a um chefe. Queria mandar em si mesma. E também não estava disposta a procurar emprego para ganhar menos (Ibid., 2015).

As exigências da ex-funcionária são apresentadas pelo jornal como atinentes a uma nova mentalidade no mercado, segundo a qual a vida corporativa é vista como enfadonha e limitada - perspectiva legitimada não apenas pela fala de Ivirlhei, mas também fundamentada pela reportagem através dos depoimentos de especialistas em transição de carreira e *outplacement*, como César Souza, do Grupo Empreenda, que vaticina: "Para muita gente a vida corporativa perdeu a graça". Segundo ele, o "sujeito é demitido com 50 anos de uma empresa e não tem motivação para começar em outra companhia, ganhando menos, às vezes, e sem muita perspectiva de crescimento" (Ibid., 2015). Assim, o empreendedorismo se apresenta como alternativa não apenas viável num cenário de alta de desemprego, mas sobretudo atraente, visto que libertaria o indivíduo das insígnias do "capitalismo fordista", como horários inflexíveis, regras impostas e ordens de superiores.

No entanto, cumprindo o papel informativo que lhe cabe, *O Estado de S. Paulo* alerta para as ilusões de se pensar que a vida de patrão é menos laboriosa. Com foco novamente

no segmento de franquias, a matéria traz o caso de Adriano Silva, que, após ser demitido de uma fábrica de autopeças, resolveu abrir uma franquia de lubrificação de carros.

Na fabricante de autopeças, de onde foi demitido em novembro do ano passado, ele cumpria uma jornada de oito horas por dia, de segunda a sexta-feira. Agora, dono do próprio negócio, trabalha até fim de semana, sem horário para ir embora. "Tem sábados que fico até as sete da noite. Não saio sem atender o último cliente". Se não estivesse numa área de que gosta e vendo o dinheiro entrar, talvez já cogitasse desistir (Ibid., 2015).

Se o ônus de um trabalho assalariado é apresentado em termos de rigidez de horários e funções, no universo empreendedor a *liberdade* de não ter um chefe traz como contraponto uma dedicação muitas vezes superior àquela de empregos fixos. Mas, no discurso do jornal, o possível impasse é solucionado pelo "*prazer reconfortante de fazer o que gosta e ganhar dinheiro com isso...*" (Ibid., 2015). Como já atentavam Boltanski e Chiapello (2009), a arregimentação da afetividade do trabalhador em seu ofício surge como eficaz ferramenta do novo espírito do capitalismo, menos preocupado com o domínio do corpo, e mais empenhado na conquista da alma.

Apresentados na narrativa criada pelo jornal como três casos de empreendedorismo por *necessidade*, os personagens se situam diante de novos paradigmas do mundo do trabalho. Vale observar que o intuito da reportagem não é o de exaltar o sucesso comercial das franquias das personagens, uma vez que seus negócios ainda se encontram em estágio inicial. O que é destacado nas trajetórias de Edilson, Irvilhei e Adriano é a capacidade de todos que tiveram de *agir* para mudar as circunstâncias do desemprego. Diante de um cenário econômico instável, em que pleno emprego parece desfalecer em prol de uma crescente demanda por trabalhos temporários, terceirizados e pela prestação de serviços, a tradicional busca por reingresso no mercado ou a espera por alguma política estatal de seguridade social pode ser considerada um sinal de preguiça, falta de ímpeto empreendedor ou de talento. Conforme aconselhou o economista e prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, em palestra realizada em maio de 2015 na cidade de São Paulo: "não chore por estar desempregado, crie seu emprego" (TRINDADE, 2015).

Em sua análise sobre a cultura do "novo capitalismo", Richard Sennett ressalta o fascínio contemporâneo pela ideia de "estar em movimento", de libertar-se de qualquer laço ou obrigação que nos prenda a um cotidiano previsível, cativando a esperança de que algo nos surpreenda e que mude nosso rumo: "numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham", propõe o autor (SENNETT, 1999, p. 103). Ainda no século XVIII,

como nos lembra Sennett, Adam Smith já celebrava o caráter do “homem de negócios” e sua capacidade de saber superar circunstâncias imprevisíveis, alguém que agiria “em reação e com simpatia às cambiantes exigências do momento” (Ibid., p. 43). Esta predisposição em se lançar aos riscos de um futuro incerto parece aludir atualmente ao prestígio e ao heroísmo do empreendedor (EHRENBERG, 2010).

Se durante o primeiro capítulo da série de reportagens, o jornal preconizou as histórias dos que foram demitidos, a sessão seguinte do especial foi dedicada à situação inversa. Sob o título “Empreendedores de coragem”, no segundo capítulo somos apresentados às biografias daqueles que tiveram “coragem de largar tudo para montar um negócio próprio em meio à crise”. Ao contrário das narrativas anteriores, aqui “não foi a crise ou uma demissão inesperada que [os] obrigou a empreender, mas a sensação de que, apesar do momento ruim da economia, havia uma oportunidade que não podia ser desperdiçada” (OSCAR, 2015). No caso de Christiano Moreno, a oportunidade era seguir seu coração e buscar um “trabalho com propósito”. Ex-executivo de recursos humanos da Vale, Moreno largou a segurança de “uma das maiores mineradoras do mundo” pela vontade de “atender a pequenas e médias empresas, com a possibilidade de fazer projetos ‘transformacionais’ que possam ir além do departamento de recursos humanos”. Embora tenha enfrentado críticas de colegas e familiares que o consideravam “doido de largar um emprego na Vale”, Cristiano estava cansado de “enfrentar a rotina corporativa, com pouca autonomia e sem muita novidade” e, portanto, decidiu arriscar em seu sonho:

“Sei que se eu fizer com vontade e com disciplina, terei retorno”. O retorno ao qual ele se refere não é financeiro. Se isso fosse prioridade, diz, não teria deixado a Vale e o salário parado da mineradora. Moreno está em busca de satisfação e de qualidade de vida (Ibid., 2015).

A referida aspiração é destacada no gráfico “Sonho empreendedor”, que mostra ser esta a intenção de 38,5 milhões de brasileiros, de acordo com dados do Data Popular. Na região Norte, 55% da população sonha em ter o negócio próprio, enquanto nos estados do Sul e Sudeste a média é de 25%. A retórica do sonho de “ser o próprio chefe” (e suas variáveis: “ser dono do próprio nariz”, “ser dono do seu destino”, “dar adeus ao patrão”) alastra-se na mídia³, como exemplifica a matéria que abre este artigo. Na série aqui analisada, ela é acionada através da trajetória de Pimentel: “filho de uma costureira e de um torneiro mecânico, [...] sempre quis ter o próprio negócio. Durante anos, idealizou vários projetos, mas nunca teve coragem de colocá-los em prática”.

A oportunidade surgiu quando percebeu a moda das feiras gastronômicas, “um dos programas preferidos dos paulistanos descolados”. Pediu demissão de seu emprego e, junto com a esposa, criou o “Escondidinho do Portuga”, iguaria que seria vendida em feiras de São Paulo. Para legalizar seu negócio, Pimentel e a esposa viraram microempreendedores individuais (MEI), figura jurídica criada pelo Governo Federal com o intuito de retirar da informalidade mais de 10 milhões de brasileiros. Em contrapartida a um pagamento fixo mensal, o MEI passa a ter acesso a benefícios previdenciários e mercadológicos, como aposentadoria, auxílio doença, acesso a crédito e apoio técnico, entre outros.

O MEI é apresentado na matéria como “modalidade empresarial para quem trabalha por conta própria e fatura até R\$ 60 mil por ano”, o “tipo de negócio que vem puxando os indicadores de abertura de empresas em 2015” (Ibid., 2015). Isso porque, enquanto a abertura de demais tipos de empresas (limitadas, individuais e de outras naturezas) sofreu quedas ao longo do ano, o MEI teve um aumento significativo, de mais de 10%, representando oito em cada dez novos negócios no país. Mais do que uma saída paliativa à situação particular de desemprego, os microempreendedores individuais são retratados como um valioso recurso ao Brasil, uma vez que, entrando para o universo empreendedor, acabam gerando renda e empregos a toda nação:

Sob a perspectiva macroeconômica, eles são vistos também como um dos caminhos que podem ajudar o País a sair da recessão nos próximos anos. As pequenas empresas respondem hoje por 27% do PIB brasileiro e empregam 17 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. “Não há nenhuma economia que saia da crise desconsiderando um segmento que é responsável por quase um terço do PIB”, diz Luiz Barreto, presidente do Sebrae. [...] “Para que a gente volte a ter mercado, é fundamental dar suporte ao pequeno empresário e ao microempreendedor individual”. Quem está enquadrado nessa figura jurídica tem recebido atenção especial, já que são considerados uma porta de entrada para o empreendedorismo (Ibid., 2015).

Os esforços para a popularização e a capilarização da subjetividade empreendedora na sociedade encontram no MEI a ferramenta ideal, artefato de uma governamentalidade preocupada não apenas em ajustar cidadãos “desajustados” (os trabalhadores ditos “informais”, que não pagam impostos), mas também em transferir a responsabilidade pela inserção no mercado do nível institucional para o individual. Inserida na lógica empresarial da autonomia irrestrita e da competitividade sancionada, uma nação empreendedora teria todos os atributos para prosperar economicamente, a despeito

de qualquer turbulência econômica, já que seu sucesso dependeria menos de fatores objetivos, como os macroeconômicos, e mais de atributos subjetivos como resiliência, determinação e capacidade de superar obstáculos. Esse tipo de visão é endossada pela história de André Rezende, empresário que acumulou “sete fracassos na vida” até dar certo com sua fábrica de fornos. A resiliência diante dos desafios enfrentados na trajetória empreendedora - como a hiperinflação, o confisco ou os apagões - é apresentada como característica comum ao povo brasileiro, acostumado a “crescer em meio à restrição”: “Empreender durante períodos de dificuldade econômica foi, na verdade, o que mais os brasileiros fizeram até agora” (Ibid., 2015). No duplo processo de naturalização discursiva - de um lado, o brasileiro como desejoso de ter o negócio próprio; de outro, como sendo um povo habituado a cenários de incerteza, próprios do universo empreendedor -, sedimenta-se a noção do empreendedorismo como solução perfeita à crise brasileira. Procurando contemplar a variedade de tipos de “empreendedores” no país, o jornal não se furtou a mencionar outra importante categoria que constitui a economia brasileira: o setor informal.

Em “O Brasil que se vira”, terceiro e último capítulo da série de reportagens, o tom adotado é menos eufórico que nas sessões anteriores e enfoca o avanço do trabalho informal no país. Relatando casos de quem ficou desempregado e não conseguiu recolocação no mercado, somos apresentados às histórias de Valquíria, Janete, Vagner e Érika, pessoas que fazem parte de

um exército de trabalhadores praticamente invisíveis, que nem o IBGE consegue identificar com precisão em suas estatísticas. Em junho deste ano, o número de brasileiros que trabalha por conta própria no País chegou a 22 milhões - nesse grupo há, por exemplo, autônomos que pagam impostos, mas a grande maioria está mesmo na informalidade, fazendo bicos e tentando se virar (Ibid., 2015).

Diferentemente dos “empreendedores de coragem” apresentados no capítulo anterior, o empreendedorismo descrito na última reportagem da série é motivado pela necessidade. Como no caso de Valquíria, cuja “carteira de trabalho foi parar no fundo da gaveta, sem data para sair de lá”. Demitida de uma montadora de ônibus e sem conseguir outro emprego, “foi à luta” e começou a fazer sabonetes artesanais para complementar a renda familiar (Ibid., 2015). Aos poucos, está conseguindo um ganho compatível com o que tinha antes. A mesma necessidade de complementação da receita doméstica levou outra personagem, Janete, a fazer “bolos no pote”, ofício que lhe rende mais que o salário como secretária lhe provia. A despeito da conquista de um pecúlio mais elevado,

suas novas atividades são enquadradas, no discurso do jornal, dentro de uma crescente (e preocupante) economia subterrânea, formada por “atividades não declaradas ao poder público”.

O bolo no pote da Janete e os sabonetes da Valquíria devem contribuir com isso [aumento da economia subterrânea], ainda que elas não façam ideia do que seja essa tal economia subterrânea. Mas afirmam que, se pudessem, não fariam parte dela. Valquíria preferia estar empregada. Janete gostaria de ter sua confeitaria, com tudo certinho no papel (Ibid., 2015).

Para realizar o sonho de ter o próprio negócio “com tudo certinho no papel”, “Janete terá de transpor as muitas barreiras que existem no caminho da formalização: a burocracia e as altas cargas tributárias” (Ibid., 2015). Obstáculos supostamente superáveis através de uma figura já apresentada no capítulo anterior, e que retorna aqui como alternativa à atividade informal: o MEI.

A figura jurídica do Microempreendedor Individual, criada em 2008, é uma porta de entrada para quem trabalha na informalidade. Com essa modalidade, válida para quem fatura até R\$ 60 mil por ano, o empreendedor não paga impostos para o governo federal. [...] Em junho, o País atingiu a marca de 5 milhões de microempreendedores individuais, mas ainda há muito o que fazer. “Não é possível saber exatamente, mas a estimativa é de que o estoque de brasileiros com potencial para se tornarem microempreendedores individuais é de 5 milhões”, diz o presidente do Sebrae, Luiz Barretto (Ibid., 2015).

O “estoque de brasileiros com potencial de se tornarem microempreendedores individuais”, somado àqueles que já o são, é de 10 milhões de brasileiros, o que representa cerca de 5% da população total e 10% da população economicamente ativa, conforme destaca a reportagem a partir de dados publicados pelo IBGE (Ibid., 2015). Números nada desprezíveis e que justificam os esforços institucionais e midiáticos para a divulgação e a convocação desta nova figura jurídica como atinente à contemporânea conformação de um mercado de trabalho que requer indivíduos autônomos e autossustentáveis, mas ainda assim contribuintes. Em resumo, eficientes geradores de renda e bons pagadores de impostos.

No escopo dos *brasileiros que se viram*, apresentados por *O Estado de S. Paulo*, também estão aqueles que se aventuraram por novas alternativas de prestação de serviço que, de tão recentes, são difíceis de serem enquadradas formalmente. É o caso de Érika e Vagner, que após serem demitidos de seus empregos se tornaram motoristas do Uber, aplicativo de celular que oferece transporte privado urbano, avaliado em 53 bilhões de dólares. Ainda sem “uma norma para regular esse serviço”, o Uber é apresentado

como representante de uma nova economia, em que as relações entre empresa e trabalhadores se dão em termos de “parceria”, e não “assalariamento”. “O motorista não tem carteira assinada”; “é livre para trabalhar nos dias em que quiser e por quantas horas desejar” e “a empresa fica com 20% de cada corrida e o motorista com os 80% restantes”.

Essas condições, segundo o próprio aplicativo, são um dos fatores que descaracterizam o vínculo empregatício entre a empresa e os motoristas. Mas essa relação também é polêmica. Na semana passada, um juiz federal em San Francisco, nos Estados Unidos, deu status de ação coletiva a um processo movido por três condutores da empresa, que querem ser reconhecidos como funcionários e não como prestadores de serviço. “Essa é uma questão bem sensível para a companhia”, diz a coordenadora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito, Mônica Guise Rosina. “Afinal, ela consegue ganhar dinheiro justamente porque não contrata ninguém” (Ibid., 2015).

Últimas personagens apresentados pelo especial, Érika e Vagner surgem como exemplos de um novo modelo de trabalho que ainda não tem a sua natureza jurídica definida. Alvo de muitas polêmicas, o impasse legal do Uber no Brasil ganhou uma nova proposição, segundo a qual os motoristas associados à empresa poderiam ser enquadrados como MEI, pagando o tributo devido e sendo, assim, legalmente reconhecidos, conforme consta no Projeto de Lei 530, de agosto de 2015 (UBER..., 2015). O projeto, ainda em tramitação no Senado, teve seu texto inicial lançado às vésperas da publicação de “Quando a crise faz o empreendedor” e, talvez por isso, a questão do MEI não tenha sido diretamente abordada pelo jornal no caso de Érika e Vagner.

De todo modo, é significativo que o modelo de trabalho instaurado por um aplicativo como o Uber - inserido na lógica do consumo compartilhado e do capitalismo flexível - feche uma série de reportagens sobre desemprego e empreendedorismo que se iniciou com um ex-trabalhador da Ford, empresa epítome do modelo de trabalho assalariado. Em tempos de mudanças de paradigma, quando não é mais necessário possuir um carro para se andar em um, não é estranho que o modelo típico de trabalhador passe do “assalariado fordiano” para o “flexível e resiliente empreendedor”. Da mesma forma que a criação do emprego e do desemprego foi importante no fim do século XIX para estabilizar o mercado de trabalho, oferecendo uma massa de trabalhadores regulares e mantendo a coesão social; agora talvez o novo capitalismo demande uma massa de trabalhadores informais, prestadores de serviço, *freelancers*... Enfim, empreendedores de si, cada um “se virando” como pode.

CONCLUSÃO

Em “Quando a crise faz o empreendedor”, somos apresentados a numerosos dados estatísticos de institutos como IBGE, Data Popular, Serasa Experian e Sebrae, além de depoimentos de especialistas, como consultores em mercado de trabalho e acadêmicos - que buscam endossar o argumento de que a crise econômica e o aumento do desemprego vêm estimulando o ímpeto empreendedor do brasileiro. Apesar da propriedade de tais informações, o fio condutor das reportagens está nas “histórias de vida exemplares” (BUONANNO, 2011) de brasileiros que enfrentaram a crise e o desemprego com coragem e resiliência. Ao trazer para a narrativa jornalística a trajetória pessoal de indivíduos essencialmente comuns, mas pontualmente extraordinários, uma vez que souberam “superar” com êxito uma situação afligente, *O Estado de S. Paulo* apresenta um receituário de ação adotado por “heróis de todos os dias” (OSCAR, 2015), pessoas eficazes em modular seus modos de ser e estar no mundo de acordo com a atual tônica do mercado: a mentalidade empreendedora. Desse modo, cabe examinar a presente série jornalística nos termos de um “contrato comunicacional”. O conceito, desenvolvido por Aidar Prado (2011, p. 53), ressalta a busca pelo “efeito de realidade, pois não basta apresentar as receitas biopolíticas para erigir o eu capital; é preciso mostrar que ela funciona em casos concretos, por meio de testemunhos”. Conhecendo as histórias de “empreendedores de coragem”, “brasileiros que se viram”, enfim, “empresários, e não desempregados”, o leitor é apresentado a um discurso otimista segundo o qual a resolução dos problemas causados pela crise e pelo desemprego depende apenas de um esforço pessoal no sentido de se adequar à racionalidade neoliberal que demanda subjetividades autônomas, predispostas ao risco e à competição, flexíveis e em constante movimento. Enfim, subjetividades empreendedoras.

Longe de estar isolada, a narrativa apresentada em *O Estado de S. Paulo* se soma a tantas outras semelhantes - como o sintomático discurso de Michel Temer no momento de sua posse da Presidência da República, em 12 de maio de 2016. Na ocasião, Temer convidou a população a ter uma postura otimista e “Não falar em crise, trabalhar”, dizendo ainda que gostaria de “espalhar essa frase em 10, 20 milhões de *outdoors* por todo o Brasil” (BELLINI; SCHAFFER, 2016). Alguns dias depois, empresários dos mais diversos segmentos e estados brasileiros financiaram *outdoors* com esta frase (Figura

1), endossando a “solução” apresentada pelo presidente - e pela grande mídia - para enfrentar a crise econômica do país.

Figura 1: Outdoors com a frase de Michel Temer



REFERÊNCIAS

A GERAÇÃO que mira o Vale do Silício e sonha em ser seu próprio chefe. *El País Brasil*, São Paulo, 15 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/wAwunV>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BELLINI, Jomar; SCHAFER, Daniel. Frase citada por Temer sobre ‘crise’ está escrita em posto desativado. *G1 Sorocaba e Jundiaí*, Sorocaba; Jundiaí, 13 maio 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/uSjuJT>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL está no topo do ranking mundial de empreendedorismo. *Ig Economia*, São Paulo, 31 mar. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/uTLW3v>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BUONANNO, Milly. Histórias de vida exemplares: biografias. *Revista MATRIZES*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 63-84, 2011.

CURY, Anay; CAOLI, Cristiane. Desemprego fica em 10,9% no 1º trimestre de 2016, diz IBGE. *G1 Economia*, Rio de Janeiro, 29 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/EvCbsb>>. Acesso em: 19 set. 2017.

CURY, Anay; CARDOSO, Cristiane. Desemprego fica em 5,9% em fevereiro, mostra IBGE. *G1 Economia*, Rio de Janeiro, 26 mar. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/mFMJRu>>. Acesso em: 19 set. 2017.

DESEMPREGO no Brasil sobre para o maior nível nos últimos três anos. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, 28 abr. 2015a. Disponível em <<https://goo.gl/5q91zm>>. Acesso em: 19 set. 2017.

DESEMPREGO sobe a 8,9% no terceiro trimestre, o maior desde 2012, diz IBGE. **UOL Economia**, São Paulo, 24 nov. 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/3f3s6u>> Acesso em: 18 set. 2015.

DINO. Desemprego: como transformar o momento ruim em oportunidade. **Exame**, São Paulo, 16 maio 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/j6gmYW>>. Acesso em: 19 set. 2017.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

EMPREENDEDOR é o sonho de muitos brasileiros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 dez. 2015. Caderno Boa Chance, p. 26-27.

FREIRE, Vinícius Torres. O massacre do trabalho. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 out. 2015. Caderno Mercado, p. 20.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAUTIÉ, Jérôme. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Revista MANA: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, out. 1998.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

JORNAL da Globo. Apresentado por William Wack. São Paulo: Rede Globo de Televisão. 1 dez. 2015, 00:40. Duração 45 minutos. Entrevista Mara Luquet.

MEIRA, Larissa. Sonho de 44% dos brasileiros é abrir um negócio. **Exame**, São Paulo, 31 jan. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yTAFm8>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MENDONÇA, Heloísa. Desemprego no Brasil atinge recorde e deve continuar subindo. **El País Brasil**, São Paulo, 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/hJ7LpE>>. Acesso em: 19 set. 2017.

OLIVEIRA, Flávia. É trabalho, não emprego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1º nov. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rYsaFs>>. Acesso em: 19 set. 2017.

OLIVEIRA, Patrícia. Empreendedorismo, um sonho brasileiro crescente. **Business Review Brasil**, [s.l.], 10 mar. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Eo8Qzr>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PRADO, José Luiz Aidar. De navios a estrelas na construção biopolítica do eu capital. In: PINTO COELHO, Maria das Graças; FREIRE FILHO, João (Orgs.). **A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

OSCAR, Naiana. Quando a crise faz o empreendedor. **Estadão**, São Paulo, 5 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/3A5TPo>>. Acesso em: 19 set. 2017.

RODRIGUES, Lorena. Medo do desemprego atinge maior nível desde 1999. *Estadão*, São Paulo, 3 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/to1ksc>>. Acesso em: 19 set. 2017.

RODRIGUES, Romero. Sem crise, empreendedor. *IstoÉ Dinheiro*, São Paulo, 6 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/xEcyFT>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SALES, Robson. Taxa de desemprego sobe a 8,1% no trimestre até maio, aponta IBGE. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 jul. 2015. Disponível em <<https://goo.gl/tfwnCQ>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SAVEDRA, Paloma. Empreendedores ignoram crise e desemprego faturando em áreas em alta. *O Dia*, Rio de Janeiro, 30 jan. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/wsF9Z2>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRINDADE, Elaine. 'Não chore por estar desempregado, crie seu emprego', diz Nobel da paz. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 maio 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zWW5AJ>>. Acesso em: 19 set. 2017.

UBER pode ser regulamentado em todo o país. *Senado Federal*, Brasília, DF, 14 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/9Te7tE>>. Acesso em: 19 set. 2017.

NOTAS

- 1 "Desemprego fica em 5,9% em fevereiro, mostra IBGE" (CURY; CARDOSO, 2015); "Desemprego no Brasil sobe para o maior nível nos últimos três anos" (DESEMPREGO..., 2015a); "Taxa de desemprego sobe a 8,1% no trimestre até maio, aponta IBGE" (SALES, 2015); "Desemprego sobe a 8,9% no terceiro trimestre, o maior desde 2012, diz IBGE" (DESEMPREGO..., 2015b); "Desemprego fica em 10,9% no 1º trimestre de 2016, diz IBGE" (CURY; CAOLI, 2016); "Desemprego no Brasil atinge recorde [11,3%] e deve continuar subindo" (MENDONÇA, 2016).
- 2 As reportagens que formam a série especial foram publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em três domingos consecutivos de 2015: 23/8, 30/8 e 6/9. Atualmente, o material está reunido em um documento único disposto no portal do jornal na internet, fonte de todas as citações feitas neste trabalho.
- 3 "ter o seu próprio negócio continua sendo o terceiro maior sonho do brasileiro [...] Enquanto 31% dos brasileiros querem montar um negócio, 16% querem crescer dentro de uma empresa. Os primeiros sonhos dos brasileiros são comprar a casa própria (42%) e viajar pelo Brasil (32%)", atesta a matéria "Brasil está no topo do ranking mundial de empreendedorismo" (BRASIL..., 2015); "Empreender é um sonho. É conquistar a sensação de liberdade em abrir um negócio próprio e não ter mais de responder a um chefe", assevera a coluna "Sem crise, empreendedor" (RODRIGUES R., 2015); "A geração que mira o Vale do Silício e sonha em ser seu próprio chefe: no Brasil, 50% dos que têm entre 17 e 26 anos pensa em empreender, segundo pesquisa" (A GERAÇÃO..., 2015); "Sonho de 44% dos brasileiros é abrir um negócio" (MEIRA, 2013); "Empreendedorismo, um sonho brasileiro crescente" (OLIVEIRA, 2014).

Artigo recebido em: 13 de setembro de 2016.

Artigo aceito em: 11 de julho de 2017.